

Diálogo com Jorge Correia Jesuíno¹

Maria de Fátima Barbosa Abdalla²

Com o propósito de apresentar contribuições para o debate acerca dos desafios postos para a **Educação** e a **Cultura** nos dias atuais, a respeito das permanências e mudanças nas representações e/ou práticas sociais em tempos de crise, entrevistamos o Prof. Jorge Correia Jesuíno, no dia 15 de julho de 2021, a quem agradecemos intensamente pelo diálogo e pelas trocas de inegável interesse e que extrapolam o campo acadêmico. Para tratar dessa temática, buscamos sinalizá-la, salientando questões pertinentes ao contexto de transformações políticas, socioculturais e econômicas, que ocorrem em tempos tão complexos e difíceis de neoliberalismo e de pandemia no mundo e, em especial, no Brasil. No contexto brasileiro, a pandemia, provocada pelo novo coronavírus, com perdas de muitas vidas, vem agravar o sofrimento social, ainda mais, por conta da guerra ideológica promovida pelo governo de Jair Bolsonaro, por seu negacionismo e rejeição ao conhecimento, e, principalmente, por não pensar em políticas públicas a fim de resolver os problemas que afetam as diversas áreas de atuação do Estado. E quando pensamos, principalmente, no campo da Educação, temos um problema muito sério, que se aprofunda com os riscos vivenciados com o abandono ou a evasão escolar, que, nestes últimos tempos, potencializaram-se.

Desde 2020, muitas de nossas crianças e jovens das classes mais carentes, que pertencem às escolas das redes públicas de ensino, sejam estaduais ou municipais, passam por uma desigualdade extrema. Vemos, também, nestes tempos atuais, na contramão do que desejamos, grupos empresariais, de um lado, e militares, de outro, controlando a

¹ Professor Emérito no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Membro do Centro de Filosofia da Ciência da Universidade de Lisboa (CFCUL). E-mail: jorge.correia.jesuino@gmail.com.

² Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos/SP, Brasil. Doutora em Educação da FE-USP e pós-doutorado em Psicologia da Educação da PUC/SP. Membro da Latin American Studies Association (LASA) e pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação, Cátedra UNESCO em Profissionalização Docente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-959X>. E-mail: mfabdalla@uol.com.br.

Educação das camadas populares e aprofundando, ainda mais, o sistema de exclusão já existente, por meio da criação de plataformas digitais e respectivas ferramentas tecnológicas, mas sem oferecer a este alunado condições de acesso. Por outro lado, por conta da migração de aulas do ensino presencial para o virtual, há toda uma cultura digital que impactou as práticas dos professores e demais profissionais da educação, impulsionando-os para o ensino remoto, provocando mudanças não só nas práticas docentes, mas, sobretudo, na cultura escolar e na própria cultura profissional.

Foi, então, nesta direção, que levantamos questões para pensar sobre a Educação e a Cultura em uma perspectiva psicossocial, considerando três grandes eixos temáticos, conforme objetivo deste Dossiê: a *educação e a cultura escolar* em um cenário de incertezas provocado pela crise política e pandêmica; a *educação e a cultura digital* no contexto de mudanças, que envolve questões de relacionamento e comportamento em ambientes virtuais, colocando, em pauta, a questão da violência social; e a *educação e a cultura profissional* nos tempos atuais, no enfrentamento dos múltiplos desafios, dentre eles: as políticas públicas educacionais e/ou de formação de professores, o cotidiano virtual, a organização curricular, a profissionalidade docente e suas implicações.

Na inter-relação desses eixos temáticos, para pensar a dinâmica *social* e, principalmente, *psicossocial*, assim como seus processos de estabilidade e/ou mudança de produções sociais, de influência, de adaptações e/ou resistências às pressões ideológicas e políticas, retomamos, em especial, as aproximações entre dois pensadores, Bourdieu e Moscovici, tal como temos realizado em nosso “Grupo do Rio”³, desde 2013, e nas diferentes produções já divulgadas (ABDALLA; DOMINGOS SOBRINHO; CAMPOS, 2018; ABDALLA, 2019), entre outras.

Levando em conta essas *proposições e inquietações*, aqui descritas, e, sobretudo, suas *experiências* no campo da Psicologia Social e das Representações Sociais, lembrando-nos, inclusive, daquele livro “As Representações Sociais nas sociedades em mudança”, que foi organizado pelo senhor, Prof. Jesuíno, em coautoria com os Profs. Felismina R. P.

³ O “Grupo do Rio” (GR) foi assim denominado, como bem mencionou nosso entrevistado, com: “uma designação inocente e levemente irônica, que surgiu em resposta a um desafio inicialmente lançado por Moisés Sobrinho [...] visando estabelecer pontes entre Serge Moscovici e Pierre Bourdieu [...]” (JESUÍNO, 2019, p. 7). Após três mesas redondas (EDUCERE, 2013; JIRS, 2013; CIRS/SP, 2014), o GR constitui-se por um núcleo de pesquisadores, que organizou dois Seminários: o primeiro realizado, sob a batuta de nosso saudoso Moisés, em Natal/RN (2014); e o segundo, no Rio de Janeiro/RJ, 2015, organizado por Pedro Humberto Faria Campos e Rita de Cássia Pereira Lima.

Mendes e Manuel José Lopes, e, em especial, de sua Introdução (JESUÍNO, 2015), passamos a este nosso diálogo⁴.

MFBA - A produção de conhecimento na área da Psicologia Social, particularmente no âmbito da Teoria das Representações Sociais, tem sido seu objeto de estudo ao longo de sua trajetória de pesquisa (JESUÍNO, 1997a, 1997b, 2014, 2015, 2017, 2018, 2019). E, de acordo com esta sua produção e suas experiências, e refletindo sobre este momento atual, com a chegada da Covid-19, pergunto: Como o senhor vê esse fenômeno da produção da ignorância e da desinformação no contexto atual, em especial, no Brasil, com este processo de negacionismo em que a propagação da desinformação parece ser não apenas discurso oficial, mas, sobretudo, política de Estado?

JCJ - Julgo que notícias falsas, distorcidas, manipuladas, sempre houve, apenas que agora com os novos meios digitais se tornaram mais frequentes e mais preocupantes. “Fake news”, se não estou em erro, é uma expressão da “novilíngua⁵”, e tinha de ser em inglês, introduzida pelo presidente Donald Trump, para acusar os *media* de difundirem informações, que, segundo ele, deturpavam os factos e intenções relativos à sua governação. Entretanto, ele próprio manipulava a informação que transmitia através das redes sociais. Mas, insisto, o jogo político sempre se alimentou de atribuição de processos de intenção e teorias conspiracionistas entre governos e oposições. Processos esses, que adquiriram agora um novo momento pela densificação das ligações comunicacionais, encurtando o espaço e acelerando a taxa de mudança. Esta alteração quantitativa teve consequências que muito interessam aos estudiosos das redes. Se é certo que dispomos de mais informação, também, é certo que o nível de ruído aumentou, senão mesmo em maior proporção relativa. Como também não sabemos se a acumulação de dados pelas plataformas digitais não acaba por conduzir a uma distópica “sociedade de vigilância”, de controle generalizado dos comportamentos dos cidadãos. Vivemos, hoje, num regime que já foi designado de infodemia, de excesso e não de insuficiência de informação. Recordo uma conferência a que assisti em Lisboa, nos anos 1980, proferida pelo Nobel Hebert

⁴ Para este diálogo, a parte referente às reflexões do Prof. Jorge Jesuíno Correia está de acordo com as normas da língua portuguesa usada em Portugal.

⁵ *Novilíngua*, *novafala* ou *novidioma*, na obra literária “1984”, de George Orwell (2009), é um idioma fictício criado por um governo autoritário, com o objetivo de restringir as possibilidades de raciocínio e controlar o pensamento das pessoas, impedindo que as ideias indesejáveis viessem a surgir.

Simon, que já então nos dizia que o problema no futuro seria não a escassez de informação, mas a escassez das nossas capacidades de atenção ou, se preferir uma linguagem mais actualizada, a nossa capacidade para a processar. Será porventura um dos desafios colocados a nós enquanto docentes: ajudar os mais jovens a estabelecer novas estratégias e heurísticas para fazer face a este novo admirável mundo novo.

MFBA - Com certeza, Prof. Jesuíno, com o surto da Covid-19, houve um grande aumento no volume de informações associadas à pandemia, mas também, aqui, no Brasil, relacionadas com as “fake news”, desinformações, rumores... E, nesta direcção, as “teorias da conspiração” estão mais do que vivas, porque, de certa forma, estamos todos envolvidos em um estágio permanente de medo, de ansiedade e de desconfiança com a situação político-social de hoje e o contexto pandémico e de infodemia. Como explicitam Jolley *et al.* (2017, p. 19), “as teorias da conspiração, portanto, parecem funcionar como um meio de defender o sistema quando sua legitimidade está sob ameaça” (tradução livre). Dessa forma, o *mito da conspiração* vai dando as cartas deste nosso jogo da vida, e, na contramão desse processo, como diria Bourdieu (1996, p. 332), “a ciência não pode fazer nada mais que tentar estabelecer a verdade dessas lutas pela verdade e apreender a lógica objetiva segundo a qual se determinam as apostas e os campos, as estratégias e as vitórias...”. E o que o senhor tem mais a dizer sobre tudo isso?

JCJ - As teorias da conspiração, que hoje igualmente são invocadas com frequência também, não são de agora. O artigo, que cita, é um exemplo duma literatura que reúne hoje dezenas e dezenas de títulos, tal o interesse que o fenómeno suscitou tanto a filósofos como naturalmente às disciplinas sociais. Dispomos, mesmo, de obras enciclopédicas sobre este tema. Carl Graumann e Serge Moscovici editaram, em 1987, uma obra colectiva com o título “Changing Conceptions of Conspiracy”. No capítulo “The Conspiracy Mentality”, SM sustenta, na esteira de Nietzsche e de Scheler, ser o *ressentimento* que está na base de atribuir intenções malévolas a minorias, tidas como anómicas. Processo, que os psicólogos sociais conhecem bem a partir das teorias de atribuição causal. Vinte anos mais tarde, SM voltou a interessar-se pelo tema numa conferência que não chegou a proferir em Roma, em 2006, e cujo texto só muito recentemente, em 2020, veio a ser publicado. O

⁶ *Conspiracy theories therefore appear to function as a means to defend the social system when its legitimacy is under threat* (JOLLEY, DOUGLAS; SUTTON, 2017, p. 19).

título “*Why are theories of conspiracy so popular*”, ou melhor, “Reflections on the Popularity of ‘Conspiracy Mentalities’” (MOSCOVICI, 2020), é já de si revelador da difusão do fenómeno que, entretanto, não deixou de crescer, tornando-se representação social hegemónica. SM ancora as teorias da conspiração no “pensamento mágico” - “tudo pode servir de explicação e tudo pode ser explicado”. O fenómeno adquire nova dinâmica com a emergência dos negacionismos; primeiro, relativamente às alterações climáticas e, ainda mais recentemente, com a pandemia da Covid-19. É mais um processo psicocultural que justifica aprofundamento, sobretudo, para colocar em tela de juízo as relações entre ciência, política e senso comum. Acresce que o paradigma da “construção social da realidade”, que tanto entusiasmo causou, e ainda, em grande parte, constitui o modelo das ciências sociais, não será menos cúmplice do exercício de suspeita sistemática, exigindo um exercício de natureza desconstrutiva da realidade de primeira ordem. A noção de *habitus*, de Pierre Bourdieu, que a Professora bem conhece, não será ilustrativa dessa hermenêutica da suspeição? Mas podemos recuar, ainda mais, a Karl Popper, que, numa conferência que proferiu, em 1948, associou as teorias da conspiração às consequências não previstas do próprio desenvolvimento societal e tecnológico. Segundo ele, seria aliás a missão das ciências sociais prever tais “efeitos perversos” - a designação que veio a ser consagrada na literatura francesa a partir de Raymond Boudon, o sociólogo que mais aprofundou esta linha de pesquisa. Nesta acepção de sabor hegeliano teríamos conspiração sem conspirador. Segundo Popper, já Karl Marx o teria admitido.

MFBA – Quanto à sua questão, Prof. Jesuíno, relacionada à noção bourdieusiana de *habitus*, como ilustrativa dessa hermenêutica de suspeição, poderia estar considerando que sim. Especialmente, se levar em conta de que a noção de *habitus* passa por constantes reformulações, não só como instrumento conceptual, mas como “disposições” e/ou “estruturas incorporadas” dos agentes frente às “estruturas objetivas”, nas relações de força e de luta nos diferentes campos sociais. O que significa, conforme Bourdieu (1998a, p. 113), a necessidade de que o agente social tem para “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer [...]”, de realizar “o sentido e o consenso sobre o sentido” (p. 113). Tais sentidos estão, hoje, sob suspeição; pois, estamos todos mais desconfiados do presente e do futuro, mais críticos, mais ansiosos e, sobretudo, mais descrentes do que poderá vir a ser. Pensando em nosso contexto, a desconfiança e a descrença têm a ver, sobretudo, com esta “onda conservadora” de direita, neoliberal, que vem marcando um

“desgoverno”, que nega as conquistas da ciência e da política, e que coloca em crise, na fabricação de “fake news”, o pacto democrático, que havíamos consagrado na Constituição de 1988. E acentua, ainda mais, os problemas econômicos, sociais, culturais, sanitários e de educação. A pandemia só veio a agravar o que já tínhamos antes. O que o senhor pensa em relação a esses aspectos?

JCJ - A tendência que cita de deriva para a direita e mesmo extrema direita não será exclusiva do Brasil. Bem como a ideologia neoliberal tornada hoje “pensamento único”. Em parte, e seguindo o que a literatura sugere, deve-se ao colapso da União Soviética, em 1989, que permitiu que toda uma esquerda nos seus variados matizes entrasse em trabalho de luto de qual ainda não saímos. Por mim, é aí que me situo e me sinto no que Enzo Traverso (2018) designou como a “melancolia da esquerda”. Entretanto, um liberalismo triunfante encontrou favorável terreno para proclamar na voz da Senhora Thatcher a célebre sigla TINA – “*There is no alternative*”. Ou seja, “não há alternativa” ao capitalismo, esse sim em revolução permanente e em permanente ajustamento. É certo que o vosso caso parece repetir o que foi o cesarismo de Trump, introduzindo o que na Europa deu origem, com o caso da Hungria, a essa espécie de oximoro, que é a “democracia iliberal”; ou seja, um regime que de democrático apenas conserva o processo eleitoral, esquecendo e mesmo suprimindo as instituições que limitam e escrutinam os vários poderes dum estado de direito. O vosso actual presidente será mais caricatural no seu machismo primário; todavia, estranhamente eficaz para algumas e alguns que o confundem com autenticidade. O populismo alimenta-se de tais equívocos. A situação pandémica, que ainda vivemos, veio todavia introduzir novas dinâmicas. Por um lado, obrigou a desacelerar e também a reconhecer a indispensável intervenção do Estado – como que uma moratória do processo civilizacional, que poderia eventualmente levar a reflectir sobre inflexões a introduzir na trajetória histórica. Mas, por outro lado, também tornou mais saliente a relação triádica ciência/poder político/senso comum, que referi antes. Processo que, como a professora bem conhece, muito deve a Serge Moscovici, na sua obra *princeps* sobre a representação social da psicanálise. Apenas que agora a própria incerteza da ciência tornou as mediações triádicas mais incertas, dando lugar aos negacionismos que refere.

MFBA - É isso mesmo, Prof. Jesuíno. Bourdieu (2004, p. 21) diria que: “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que os envolve”. O problema é que todo campo científico e/ou político é um “campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças” (p. 22-23).

JCJ - O que torna o triálogo ainda mais confuso, mais complicado. Mais do que complexo, mais *complicado*. O filósofo francês Jean-Pierre Dupuy (2002) distingue bem as noções de *complexidade* e de *complicação*. Para ele, a *complexidade* é simples, porque consiste numa rede de *nodos* e *elos*, sendo um sistema cuja lógica podemos deslindar; a noção de *complicação* é mais rizomática, densa, emaranhada, dificilmente transcrita por meio de algoritmos. E a primeira coisa que temos de fazer, para introduzir alguma inteligibilidade, é simplificar, reduzir a uma complexidade de menor grau e, por isso mesmo, perder informação. Por exemplo, uma das grandes questões de nosso tempo - o aquecimento global -, a questão *natural* de que falava Moscovici, ilustra bem o fenómeno e, de certo modo, explica que haja desacordo entre os cientistas sobretudo no que se refere aos factores antropogénicos. Tudo depende, em última análise, da escala em que o fenómeno é analisado. Daí, que pululem conspiracionismos mesmo entre os cientistas, que acabam por ser ainda mais distorcidos pelo senso comum e embaraçar as agências decisoriais. Voltando ao caso da actual pandemia, uma hipótese que circula consiste em ver nela um epifenómeno dos processos depredatórios a que os humanos foram submetendo à natureza, provocando alterações nos nichos ecológicos dos animais portadores de vírus. Mais um efeito perverso? Mas não faltam também teorias conspiratórias que atribuem a propagação do vírus a outros tipos de efeito perverso, de fuga de laboratórios, seja por descuido ou por deliberação criminosa. E não se trata de imaginação delirante, dado existirem razões que justifiquem a erosão da confiança pública.

MFBA - Problema que tem afetado o mundo todo.

JCJ - É uma tendência que afeta a todos nós, mas será de presumir que, no Brasil, um subcontinente, que alberga a Amazônia, assumam particular relevância. A Professora Fátima, enquanto brasileira e enquanto académica, estará certamente mais próxima desta nova teia relacional em que não será fácil tomar decisões. Como não será fácil dialogar

com os estudantes ou mesmo sequer ajudá-los a tematizar as questões. Ocorre-me uma observação do antropólogo e filósofo francês Bruno Latour (2015), hoje uma das vozes mais respeitadas sobre a questão do Antropoceno, segundo o qual convém distinguir entre questões de facto (*matters of fact*) e questões de inquietação (*matters of concern*). Não podemos aguardar todo o tempo do mundo até que a ciência confirme os factos; sobretudo, quando há razões suficientemente inquietantes que justifiquem o princípio da precaução. Por outro lado, e essa é a surpresa do ensaio, Latour também lamenta o radicalismo epistemologista da sociologia da ciência para que ele próprio terá contribuído, levando a reforçar um cepticismo relativamente à tecnociência, que acaba por minar a confiança que nela temos e a multiplicar as teorias da conspiração.

MFBA - Penso que este fenómeno, em que se fortalece a desconfiança e se multiplicam as teorias de conspiração, traz uma série de *riscos* para as sociedades em geral; mas, especialmente, para os países do sul, como afirma Ulrich Beck (2010), em seu livro “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade”⁷. Nestes países, denominados como “países emergentes”, e aqui também falo do Brasil, há pessoas, que acabam morrendo ou apresentam sequelas graves, por estarem desinformadas sobre os riscos como os da radioatividade, dos danos das toxinas presentes no ar, na água e nos alimentos, que permanecem até hoje invisíveis e são irreversíveis. Nesta direção, não dá para deixar de registrar, por exemplo, as tragédias de Cubatão, na década de 80, o rompimento das barragens de Mariana/MG (2015) e de Brumadinho/MG (2019), entre outras. Os riscos decorrentes dessas tragédias traduzem, como afirmaria Beck (2010, p. 26), “situações sociais de ameaça”. Primeiro, atingem as populações mais carentes; entretanto, depois, como autor nos ensina, esses riscos acabam por alcançar aqueles que os produziram ou mesmo que lucraram (e lucram) com eles. Ou seja, segundo este autor, há o que ele denomina como um “efeito bumerangue, que implode o esquema de classes” (p. 26). E, assim, pouco se sabe sobre estas e outras tragédias. Tem-se, então, este negacionismo, e, hoje, alcançamos muito mais vítimas de Covid-19 do que as notícias informam.

JCJ - Nesta linha, há, como já mencionado, o livro de Jean-Pierre Dupuy – “*Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible este certain*” (2002), que é muito estimulante, e

⁷ Este livro de Ulrich Beck (2010) foi escrito, em 1984, logo após o acidente de Chernobyl, quando uma usina nuclear explode, na cidade ucraniana.

nos ajuda a reflectir acerca do destino da humanidade, por vezes, em tons apocalípticos. O discurso que nos propõe é todavia menos pessimista. Manobrando com subtileza uma dialéctica contrafactual, admite este autor que o facto ou antes o presumível facto de anteciparmos uma certa tragédia poderá ajudar a que ela não tenha lugar. Ou, irónicamente, a torná-la ainda mais inevitável. Mas estou de acordo consigo e dou igualmente mais crédito às observações menos especulativas do Ulrich Beck, bem como às vozes brasileiras bem informadas de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro; bem expressas no seu recente titulo de 2017 - “Há Mundo Por Vir?”. Tive oportunidade de os escutar numa conferência, que deram em Lisboa, em 2018.

MFBA - Prof. Jesuíno, esse mesmo autor, Jean-Pierre Dupuy, publicou também um livro, intitulado “Retour de Tchernobyl: Journal d’un homme en colère” (DUPUY, 2006), quando da volta de sua viagem a Ucrânia, em razão do vigésimo aniversário da catástrofe nuclear de Chernobyl. E, a partir do contraste entre o que viu no local e a leitura do relatório oficial da ONU com o “balanço definitivo” da catástrofe, ficou tão indignado que acabou por escrever este livro. Entretanto, para além de tudo disso, há os problemas políticos e sociais, que escondem e/ou negam essas tragédias humanas.

JCJ - Claro, em um governo autoritário, é isso que acontece mesmo. Também, me lembro do tempo de Oliveira Salazar em Portugal. Nós vivemos, então, uma época em que os desastres naturais, como foi o caso das cheias nos anos 60, que fizeram centenas de mortes, facto que só veio a ser conhecido muito mais tarde. Ocultaram, dizia-se, então, com a intenção de não perturbar, de não emocionar as pessoas... De resto, também recordo que era consensual a condenação dum imprensa sensacionalista e populista, que dá relevo aos desastres sociais, aos escândalos, e que ainda hoje é praticada mesmo em nações tidas por mais evoluídas como o Reino Unido. Mas, evidentemente, que isso não ajuda em nada, pelo contrário, leva a desviar a atenção dos problemas realmente importantes que afectam os cidadãos e a fixar a emocionalidade em factos triviais. Hoje em dia, vivemos em tempos, em que ocultar os desmandos da governação é mais difícil. As redes sociais contribuíram para generalizar o escrutínio e nas próprias instituições tornou-se prática corrente a prestação de contas - a *accountability*, donde há exigência de mecanismos mais subtis para a contornar. E, depois, muitas vezes, o que se faz agora é o que se fazia antes, quando em tempo de guerra: introduzir ruído na informação. Ou seja, descaracteriza-se, ridiculariza-

se, desfigura-se a mensagem que o adversário transmite. Um exemplo típico é o que hoje em dia se verifica com o preceito do “politicamente correcto” posto a correr por fontes de esquerda, visando através da linguagem evitar ofensas de carácter racista ou de carácter machista, que acabaram por vir a ser ridicularizadas pelo tom de quase censura, vindo a dar lugar à reivindicação do politicamente incorrecto.

MFBA - Parece-me que o problema é “invisível aos olhos”, parafraseando Saint-Exupéry (2016).

JCJ - Sim, e onde a verdade tem uma ressonância ambígua. Os “regimes de verdade⁸”, de que fala Foucault (2011), tornam-se cada vez mais precários. E, afinal, o que entendemos por verdade? A questão é sempre embaraçosa. A que tipo de verdade nos referimos? A verdade dos factos? E o que são factos - são números? São sobretudo interpretações? Interessa-nos a verdade ou sobretudo a verossemelhança? Entramos, assim, num terreno minado com o qual a Professora está certamente familiarizada, mas que não irei prosseguir aqui. Ficamos por esta acepção menos exigente de senso comum, dum jogo de linguagem de contornos vagos mais perto do que parece verossímil, confirmado por quem de direito. Sob este aspecto epistemologicamente menos exigente ocorre-me recorrer a um dos sociólogos, que mais sigo, o sociólogo e filósofo alemão Niklas Luhmann, o qual propôs um diagnóstico simples, mas que considero certo. É a ideia de que o mundo em que vivemos é um mundo que se vai tornando cada vez mais improvável. Isto porque o tempo vai trazendo mais do mesmo, ou seja, cada vez mais do bem e do mal. Por exemplo, a questão da *digitalização* traz enormes benefícios, mas traz, também, enormes preocupações e consequências imprevisíveis. As injunções de Popper, para nos centrarmos nas possíveis consequências, não parece operacionalizável. O que acontece é que o mundo ao tornar-se mais improvável também vai ficando mais vulnerável. Está mais vulnerável aos ataques não apenas terroristas, mas às fraudes financeiras, às interferências dos *hackers*, às manipulações genéticas, às distopias panópticas, para já não insistir no desastre ecológico que nos coloca num *double bind* planetário - quaisquer que sejam as medidas, elas se afiguram insuficientes e, mais uma vez, só parece restar a fuga para a frente.

⁸ Para Foucault (2011, p. 27), “regimes de verdades” implicam um conjunto de valores e estratégias, que produzem verdades, que se traduzem em “diferentes modos de discursividade”, e podem ser “encontrar nas diferentes sociedades” (p. 27).

MFBA - Exatamente, é isso mesmo. Neste caso, como nos ensina Moscovici (2012, p. 225), “encontramo-nos então diante de uma pluralidade de sistemas cognitivos e de situações sociais entre os quais existe *relação de adequação*” ou, como o senhor afirma, em que “só parece restar a fuga para a frente”. E tudo isso se traduz naqueles “efeitos perversos”.

JCJ - O adjectivo “perverso” é possivelmente pouco adequado. Na literatura inglesa, a expressão “*social dilemma*” é a que me parece corresponder a algumas das situações descritas e, nomeadamente, aquelas em que as decisões comportam riscos por falta de informação completa. Mas não será essa a própria natureza da decisão? É também um efeito da agregação bem conhecido - a diferença entre a racionalidade individual e a racionalidade colectiva gerando os fenómenos da “tragédia dos comuns” (*the tragedy of the commons*) ou do “passageiro à borla” (*free rider*). Não há nada mais racional em termos individuais do que não pagar impostos. Claro que se ninguém pagar, o colectivo não sobrevive. A sabedoria das nações já em grande parte corrigiu, através do sistema de quotas, as quais, como sabemos, nem sempre são aceites na lógica libertária.

MFBA - Esses “dilemas sociais” provocam, ainda, efeitos colaterais sociais, económicos e políticos, como: perdas de mercado, depreciação do capital, controles burocráticos nas mãos empresariais, abertura de novos mercados, custos astronómicos, procedimentos judiciais, perda de prestígio, que serve como potencial política das catástrofes (BECK, 2010). Um panorama que retrata: certezas perdidas e confiança violada. E nos faz pensar em velhas e novas questões a respeito de: o que é o ser humano? Como seguir adiante com a natureza? Por que somos jogados para lá e para cá entre o cotidiano, a política e a ciência? O que também nos faz refletir sobre os conflitos vivenciados nos dias de hoje.

JCJ - As perplexidades que a Professora refere são também as minhas. Não me parece fácil ter ideias claras sobre os vários cenários que parecem desenhar-se nos últimos trinta anos, que já foi irónicamente designado como os “trinta desastrosos” em resposta aos “trinta gloriosos” do pós-guerra. O projecto da globalização sob a hegemonia norte-americana parece ter sido incentivado por toda uma esquerda alternativa - a famosa terceira via teorizada por Anthony Giddens e seguida por toda uma dinastia de líderes democratas que, para vozes mais radicais, teriam comprometido definitivamente os ideais

de esquerda, que entretanto propunha, nomeadamente a partir de Porto Alegre, uma outra globalização, que Boaventura de Sousa Santos caracterizou com a saborosa expressão de “epistemologias do Sul”. Entretanto, o surto pandémico veio apenas reforçar o paradigma competitivo do retorno aos nacionalismos republicanos já claramente enunciado por Donald Trump, como também no Brexit do UK, ou ainda, nas derivas populistas um pouco por todo o mundo. E volto à questão que referi atrás da moratória pandémica: A que normalidade vamos voltar? Qual o papel desta Nova China que já nada tem a invejar ao Ocidente, detentora duma tecnologia que põe em causa a hegemonia ocidental? E o que podemos dizer do Brasil? Contribuirá agora para um novo BRIC que nada tem a ver com o anterior?

MFBA - Nesta direção, Prof. Jesuíno, ao pensar nos conflitos e/ou riscos que vivenciamos nos tempos atuais, lembro-me, mais uma vez, de Moscovici (2012), no *Posfácio* de seu livro seminal “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, quando diz que: “O estudo das representações sociais nos leva, de certa forma, ao cerne dos conflitos culturais e práticos importantes” (p. 447). E, consciente de tal *risco*, conforme ele próprio enfatiza, não evitou “[...] considerar uma ou outra atitude política ou religiosa atual e de apresentar uma opinião sobre ela”, insistindo “na tentativa e não no resultado” (p. 447). Com base neste pensamento moscoviciano, gostaria que o senhor pudesse nos dizer quais, em sua opinião, seriam os *conflitos culturais e práticos* mais importantes para se refletir melhor a respeito do campo da Educação e da Cultura nos dias de hoje? E, mais ainda, sobre as “permanências” e as “mudanças” possíveis para estes dois espaços sociais?

JCJ - Julgo, todavia, que Serge Moscovici não nos ajuda muito a pensar nestes problemas que indicamos rapidamente, pelo menos, na habitual perspectiva política e ainda menos partidária. Como a Professora concordará, ele de certo modo rejeitava as questões do poder que considerava alheias à disciplina de psicologia social que ajudou a reformular. Não que não lhes atribuísse importância, mas porque implicavam um outro tipo de racionalidade e, sobretudo, de *praxis*. Sob esse aspecto é grande a diferença que o separa de Pierre Bourdieu. A questão mais social e cultural, que em última análise será também política, que mais atenção suscita, em SM, é a questão do racismo antisemita, que ele, posteriormente, alargou a outras minorias étnicas. E não se pode dizer que o racismo seja mais de direita do que de esquerda, atravessando como sabemos séculos de História e

mobilizando populações inteiras. Estreitamente relacionada está a noção de *ideologia*, que SM considerava uma deriva das “representações sociais”, logo que passassem a ser apropriadas pelas causas ou partidos políticos. Ele considerava prioritária uma perspectiva de carácter mais genético ou mesmo genealógico, que permitisse entender melhor este tipo de transição e quais os thêmata em que ancoravam em última instância. Por outro lado e agora no domínio das práticas, sabemos que foi um activista relativamente à “questão natural”, que reagia à progressiva destruição do ambiente, e isso, nos anos 1970, muito antes da centralidade que a questão veio assumir posteriormente. Mas mesmo nesse domínio SM acaba por se demitir dos Verdes, precisamente quando o movimento é “apropriado” pelos comunistas. Não estou a dizer nada de novo, que ele não tivesse claramente declarado. De certo modo podemos considerá-lo um libertário no sentido mais idealista do termo. Se me permite especular um pouco, eu diria que ele nos dias de hoje estaria tanto contra o *lobby* do nuclear como contra o *lobby* das energias verdes, ambos tributários da hipocrisia da sustentabilidade. Vejo-o mais favorável ao que hoje se designa como “ludismo metodológico”, uma espécie de retorno ao crescimento zero das anos 40 do Clube de Roma, que actualmente apenas raras vozes ousam declinar sujeitando-se à compaixão condescendente da doxa. É de resto este convite a “mudar de vida”, não no sentido de Sloterdijk, que julgo ouvirmos ecoar nas páginas de obras como “A sociedade contra a natureza”, em que SM nos convida e desafia a “selvagizar a natureza”, e onde igualmente admite que a libertação da mulher só será possível com a dissolução da família. Mas o libertarismo de SM também o leva a valorizar o papel das minorias activas, dos dissidentes que podem inclusivamente ser solitários, como o caso de Soljenitsyne, que ele examina na sua obra sobre os processos de influência social. Uma obra que talvez SM tivesse procurado que funcionasse como breviário da mudança social e mesmo cultural e cujos traços parecem de facto corresponder ao que vieram a ser as lutas identitárias a que hoje em grande parte se reduziram às lutas pelos Direitos Humanos. SM surge-nos, assim, mais como adepto dos movimentos do que propriamente um militante partidário.

MFBA - Concordo com o senhor, ao tocar em aspectos tão significativos para refletirmos sobre os conflitos pelos quais passamos, para pensar em reconstituir esta “normalidade”, acentuada pelas ideias de liberalismo e neoliberalismo, de populismo, que atingem nossas democracias, assim como perturbam a nossa leitura do mundo atual. Penso que, de alguma forma, esses conflitos culturais e práticos, de fato, marcam um pensamento social, que ora

tende a ser mais tradicional/conservador, e ora abre brechas para que se possa criar/innovar o espaço social. E pensando, agora, sobre o *primeiro* eixo temático deste Dossiê - *a educação e a cultura escolar em um cenário de incertezas e desigualdades sociais* - gostaríamos, também, de destacar uma outra reflexão de Moscovici (2011), que consta do capítulo intitulado “A sociedade desaparecida”, em especial, quando ele afirma que: “De certo modo, nós carregamos o luto pela sociedade desaparecida, assim como o homem maduro carrega o luto pela sua infância” (p. 522). Prof. Jesuíno, pergunto: de que *luto* podemos falar hoje, quando olhamos mais de perto para o cenário de incertezas que invade a *educação* e a *cultura escolar* e aqueles que lá pertencem, sejam estudantes, professores e/ou gestores?

JCJ - Não sei se haverá um luto por uma sociedade desaparecida. Será que gostaríamos de voltar ao século XIX ou mesmo antes? À longa noite dos mil anos? Ou mesmo ao radioso classicismo? Haverá, quando muito, lutos dispersos, perdas difíceis de reconstruir. Para nos situarmos no contexto a que ambos pertencemos – o da universidade ou mais globalmente ao sistema de ensino, será que podemos falar de luto?

Aqui, e julgo que a Professora estará de acordo, Pierre Bourdieu ajuda-nos mais do que Serge Moscovici, ainda que ambos nos ajudem, quando alargamos a questão não apenas ao ensino mas também à produção do conhecimento, ou seja à ciência e agora, cada vez mais, à tecnociência. PB mais atento aos jogos de poder revela-nos como se estruturam os campos sociais e, desde logo, os campos académicos, onde reinam mais a competição e a estratégia do que o *ethos* idealizado de Robert Merton. Nada do que trocamos até agora será estranho ao que se passa neste nicho, que já foi mais torre de marfim do que é hoje. E sob esse aspecto, para alguns de nós, há de facto luto. Muitos de nós olham hoje com nostalgia para o modelo da Universidade de Humboldt que possivelmente nunca chegou a ser, para o sistema tutorial e elitista de Oxbridge ou mesmo para o mais recente caso dos *campi* norte-americanos, em que um treinador desportivo poderia auferir rendimentos superiores aos professores titulares. Nestes últimos 50 anos, o Ensino Superior foi conhecendo sucessivas mudanças, a começar pela massificação do acesso, pela preocupação, que passou a tornar-se quase exclusiva, da empregabilidade, pela dependência da ciência, das suas aplicações tecnológicas, das sucessivas limitações à autonomia da Universidade, tornando-a cada vez mais dependente tanto dos Estados como do Empresariado Industrial. A própria universidade tende a empresarializar-se e a

adotar modelos de gestão empresarial. Não vou insistir neste panorama que a Professora Fátima, até pela área das disciplinas pedagógicas em que ensina e investiga, certamente conhece bem melhor. Além de que, para o público brasileiro, que nos lê, pouco mais posso trazer do que algumas generalidades hoje observáveis um pouco por todo o lado. Entre esses traços comuns, ocorre-me referir, todavia, ao caso da *meritocracia*, que me parece constituir uma representação social hegemônica, universalmente aceita como natural e justa. Será que haverá alternativa? Em todo o caso, fui-me apercebendo, ao longo dos anos, que os professores não gostam de classificar e os alunos não gostam de ser classificados. Todavia, todos aceitam como legítimo ou como mal necessário. O exemplo típico do que PB designava como *violência simbólica*. Já, em 1958, o sociólogo Michael Young, que cunhou o termo, satirizava os seus efeitos perversos ao induzir a arrogância dos vencedores e a humilhação dos que ficam para trás. É mais uma questão controversa que hoje leva a sugerir que a classificação seja descentralizada, inclusivamente mediante algoritmos baseados em inteligência artificial, que de resto nada alteram à ideologia subjacente, apenas a tornam mais eficiente.

MFBA - De fato, Prof. Jesuíno, esta questão da meritocracia mostra este efeito perverso, especialmente, no campo da Educação. Bourdieu (1998b), ao analisar os “fatores sociais da excelência escolar” (p. 234-241), indica que existem formas de seleção dessa “excelência”, que, aqui, podemos denominar como uma forma de “meritocracia”. Tal meritocracia privilegia, por um lado, o “prestígio social” e/ou o “capital cultural”; e, por outro, reforça os “efeitos da desigualdade social”. E isso é uma lástima! Ainda mais, agora, sob os efeitos da pandemia e dos desafios postos pelas incertezas e pelo flagelo neoliberal, e que se tem uma defesa maior da privatização e de práticas conservadoras e autoritárias.

JCJ - PB juda-nos a desmontar um sistema que se diz meritocrático, mas que não funciona como tal. Os dados estão viciados à partida num sistema que reproduz as desigualdades sociais e não como “elevador social”, para usarmos a expressão consagrada. Mas nunca foi claro quanto a tratar-se dum sistema de soma fixa ou de soma variável. Aparentemente, mesmo que seja de soma variável, os diferenciais relativos não deixam de funcionar como sistemas de distinção como ele bem descreve nas questões de *gosto*. O capital cultural poderá apenas, por vezes, compensar a ausência de capital económico. A tese que todavia defendo, e já Young o fazia, em 1958, é que mesmo funcionando em termos ideais nem por

isso deixa de ser um sistema senão perverso, pelo menos, perigoso. O indivíduo que consegue uma nota elevada num curso ou uma posição de destaque tende a considerar que tal se deve ao seu mérito, ou seja às suas qualidades pessoais tanto inatas como adquiridas, e não a condições favoráveis ou mesmo às contingências do acaso. Estar no lugar certo, na hora certa. Os psicólogos sociais conhecem bem os mecanismos do “erro fundamental”, segundo os quais tendemos atribuir os êxitos a nós próprios e os fracassos a circunstâncias externas. Esses processos psicológicos têm-se tornado cada vez mais sócio-culturais, servindo de critério para recrutamento empresarial. A meritocracia está igualmente presente nas lógicas identitárias, por exemplo, no feminismo. No sistema das relações triádicas, que referi anteriormente, por vezes, designado por “tripla hélice”, verifica-se uma insatisfação cada vez mais pronunciada entre a oferta e a procura de quadros e de técnicos - nem os estudantes conseguem as saídas, a que aspiram e para que se prepararam, nem os empregadores consideram ser o diploma suficiente enquanto instrumento de seleção. Valoriza-se o que é quantificável, traduzível em números, o que, no fundo, é uma simplificação. Todavia, muito dos problemas que temos de enfrentar não são da ordem do cálculo, mas do julgamento, não tanto da razão necessária e suficiente, mas da razão insuficiente. Sabemos aliás, desde Ashby, que quanto maior a complexidade tanto maior ou superior será a capacidade requerida para a resolver. Sob esse aspecto, as Humanidades talvez ajudem mais e não nos esqueçamos que as elites de Oxbridge, fluentes em latim e grego, eram as que depois ocupavam altos cargos na Administração. Mas hoje, já vi, inclusivamente proposto por um autor norte-americano, que se acabasse com o sistema de diplomas, substituindo-o por uma avaliação das competências, o que restringiria e especializaria, ainda mais, a formação superior, restringindo-se a cultura geral ao ensino secundário. Stefan Collini (2012), na sua obra polémica - “What Universities Are For?” - vai ao extremo de considerar como função principal da universidades os estudos das Humanidades, reservando para os institutos o estudo especializado das ciências e tecnologias.

MFBA - Por outro lado, Prof. Jesuíno, também é necessário refletir sobre as condições de possibilidades e formas de resistência em relação a este “luto” pelo que passamos. É importante pensar na Educação, enquanto garantia dos direitos sociais, e, portanto, que seja justa e inclusiva. Há que se ter, como nos ensina Bourdieu (1997), uma postura de “reflexividade reflexa”, que “é sinônimo de método” e de um trabalho significativo voltado

para a Educação que desejamos. Passemos, então, para o nosso *segundo* eixo temático - a *educação e a cultura digital* no contexto de mudanças -, ainda, destacando o impacto causado pela pandemia da Covid-19, em que se fecharam escolas em todo o mundo, de forma a que seus estudantes continuassem seus processos formativos *online* e de suas casas. Apresentamos, antes de lhe fazer a questão, alguns *desafios* da educação brasileira nestes tempos de pandemia. Dentre eles, destacamos: a) gestores e professores precisaram, de imediato, refletir sobre como desenvolver novas situações de aprendizagem em ambientes digitais. Neste sentido, praticou-se um ensino remoto e emergencial, sem uma efetiva reflexão pedagógica, e, por vezes, só para manter as atividades e cumprir o ano letivo; b) houve, assim, a transição dos ambientes presenciais para os virtuais, e a necessidade de se refletir sobre os tempos e espaços de apropriação e incorporação de novas formas de aprender e ensinar; c) entretanto, no início do processo, percebeu-se, da parte dos *gestores*, que houve uma preocupação forte com o cumprimento da legislação que instituiu o ensino remoto; da parte dos *professores*, a transposição dos métodos didáticos para as plataformas digitais, reforçando, no geral, a permanência por aulas expositivas, como se fosse um “espelho” do ensino presencial; e, do lado dos estudantes, a incapacidade de compreenderem como usar a tecnologia digital ou, pior, a falta de acesso a essas mídias (problema que ocorre até hoje), aprofundando as desigualdades já existentes, em especial, por parte da maioria dos estudantes de escolas públicas de ensino; d) por outro lado, também, a *cultura digital* provocou um contexto de mudanças no comportamento dos agentes educativos e de seu alunado, envolvendo questões de relacionamento e comportamento em ambientes virtuais, que colocou, em pauta, a *violência social*, com destaque para a *ciberexclusão* ou *ciberagressão*. Diante desses problemas, perguntamos: Quais seriam, Prof. Jesuíno, nossas *saídas* para a Educação que desejamos? Ou seja, para aquela Educação que possibilite: “[...] identificar os desafios postos pelas incertezas e pelo flagelo neoliberal desse tempo de pandemia, e de interrogar as condições de possibilidades e formas de resistência, em especial, da Escola, na garantia dos direitos sociais e de uma educação mais justa e inclusiva” (ABDALLA, 2021, p. 1)?

JCJ - A *resistência* bem como a *reflexividade* tão recomendadas e seguidas por PB não poderiam ser mais oportunas e mais necessárias. É a arma que resta aos intelectuais hoje tão desacreditados. A invasão do ensino a todos os níveis das novas técnicas digitais vem todavia abrir novas alternativas de reflexão. Por um lado, constituíram porventura uma

ameaça para um sistema que sempre repousou na metáfora do “sábio no palco” (*the sage on the stage*), ou seja, na centralidade do docente, como mestre e orientador. Na *cultura confuciana*, o mestre ou professor, qualquer que fosse o nível, era uma figura prestigiada logo a seguir ao pai. É certo que, no Ocidente, tal não seria o caso, mas sem dúvida que o professor universitário era detentor dum capital hierárquico supremo, ainda que não idêntico para todas as áreas disciplinares como nos descreve PB. As plataformas digitais vieram, porém, disputar o monopólio do saber professoral, tornando-o acessível e, inclusivamente, de mais fácil assimilação que os tradicionais manuais. De “sage on the stage”, o professor, que agora se requiere, será mais um “guide at your side”, um “primum inter pares”, e a aprendizagem algo de partilhado entre professores e alunos. O que não parece uma perda, mas um ganho, pelo menos, na redução da distância ao poder. Mas parece também, claro, que as exigências são agora maiores, dado que o professor passou igualmente a dispor de mais sofisticados meios do saber. Lembro-me de, há cerca de 3 anos, ter visto um programa da BBC, em que se perguntava se os professores não viriam a ser dispensados num futuro próximo. Não creio que venha a ser o caso, mas creio sim que deles se vai exigir muito mais em termos de imaginação e criatividade. A Professora Fátima, enquanto pedagoga, já terá certamente reflectido sobre esta mudança. Numa publicação recente, editada por Enakshi Sengupta, encontrei inclusivamente a ideia, ao encontro de Collini, que as novas tecnologias digitais poderiam mesmo contribuir para humanizar o ensino superior. Se é certo que a pandemia levou a dispersar as comunidades escolares a todos os níveis, também é certo que a experiência não foi bem acolhida, pelo menos, não o foi na sua totalidade, conformando-se um desejável convívio presencial, quer entre docentes e discentes, quer entre discentes. Recordo, aliás, que num dos seus textos a Professora bem insiste na necessidade da criação duma cultura, tanto ao nível das cortes próximas como ao nível mais alargado da Escola, ou mesmo da alma mater que a Universidade sempre representa. Será que se tal não tiver lugar poderemos continuar a falar de Universidade? Sob este aspecto, de criação de cultura, encontrei um modelo canadiano proposto por Garrison, Anderson e Archer (1999), segundo o qual, uma pedagogia dum sistema em linha humanizado implica a articulação de três elementos sobrepostos (tipo diagramas de Venn), incluindo: (1) uma presença cognitiva de pensamento crítico; (2) uma orientação docente em termos de organização curricular e instrumental; e (3) uma presença social mediadora das interações entre os vários participantes. É, tendo como fundo tal arquitectura, que os autores designam de

“communities of inquiry”, que imaginamos os novos professores enfrentando a nova geração dos “nativos digitais”, que parecem ter nascido com estas novas competências e abertos a novas formas de aprender e de pensar que os habilitam a fazer face a um mundo cada vez mais complexo, nele sabendo distinguir o que seja *senal* e o que seja *ruído*.

MFBA - Também concordo com o senhor, Prof. Jesuíno. Este debate de um ensino mais criativo, de metodologias mais próximas dos alunos, em que haja uma indissociabilidade entre teoria e prática, tendo em vista o desenvolvimento integral do alunado, uma nova organização do espaço e tempo e o processo de formação mais humanizadora, entre outros aspectos, tem sido desenvolvido com as metodologias ativas de ensino e aprendizagem. Mas, independente, dessas metodologias, Paulo Freire (1997, p. 110), nosso grande educador brasileiro, que está comemorando cem anos de seu nascimento neste ano, já nos ensinava a importância de se “compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. E que, nesta perspectiva, era necessário, então, problematizar as situações de ensino e aprendizagem, de forma a detectar problemas e buscar soluções para superá-los, reinventando também “a forma histórica de lutar” por uma Educação para todos. E penso que, hoje, se estivesse vivo, teria muitas coisas a nos dizer sobre este contexto da cultura digital..

JCJ - Nestas minhas leituras mais recentes, e não tanto fruto da experiência, já que me desliguei do ensino em 2018, e aí muito limitado a mestrados com um reduzido número de alunos, pude deparar com propostas imaginativas, limitando-me a invocar algumas delas, que a Professora conhecerá melhor do que eu e talvez queira comentar. Uma dessas experiências consiste no que em inglês se designa por “*flipped classroom using digital media*”. Consiste em limitar as aulas presenciais à resolução de problemas e exercícios em grupo, enquanto em casa os estudantes se documentam sobre a teoria, quer seguindo aulas magistrais, ministradas pelos docentes, ou outras fontes que escolham, ou ainda, consulta de bibliografia. Outro meio pedagógico, e esse muito de tipo americano, consiste no que eles designam como jogo (*gamification*); aliás, uma já longa tradição americana que quase obrigava os docentes a serem divertidos (ou penalizava se assim não procedessem), a recorrer ao humor ou a jogos didáticos, que os meios digitais vieram enriquecer com variadas sugestões. Ainda um outro exemplo, este fornecido pelo Professor David E. Rose, da Universidade de Newcastle, consiste em consagrar uma

semana por semestre a reuniões conjuntas entre docentes e discentes, a fim de debaterem problemas que afectam a comunidade e requeiram; não que se calcule, mas que se ajuize que se construam cenários, que se analisem alternativas. Pelo pouco que conheço do Brasil, julgo, porém, que neste domínio teremos muito a aprender convosco, desde logo, dada a diversidade de situações que um, não apenas imenso, mas diversificado território implica e exige.

MFBA - Concordo com o senhor. Neste sentido, considero que as tecnologias são possibilidades pedagógicas na direção de criarem ambientes de aprendizagem e de ensino. Entretanto, é preciso que se tenham políticas públicas que façam investimentos na formação de professores, nos ambientes virtuais das escolas e das universidades, para que todos tenham acesso a plataformas digitais e que, de fato, contribuam para este espaço de aprendizagem, inclusive, profissional. Partindo, agora, para o *terceiro* e último eixo temático, que diz respeito à *educação e à cultura profissional nos tempos atuais*, destacamos que, aqui, no Brasil, as políticas de formação de professores (inicial e/ou continuada) e aquelas que dizem respeito à profissionalização e valorização do magistério, quando articuladas aos efeitos de outras políticas de regulação, afetam o trabalho docente, provocando, sobretudo, a sua precarização. E, ainda mais, neste contexto pandêmico, social e político, os professores e demais profissionais de educação estão tendo “uma exploração sem limites”, como diria Bourdieu (1998c), naquele seu livro “Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal”. Como enfatiza este autor, o discurso atual das políticas públicas, e diria, aqui, das políticas educativas, vem colocando em *risco*: “[...] todas as estruturas coletivas capazes de resistirem à lógica do mercado puro: *nação*, cujo espaço de manobra não para de diminuir; *grupos de trabalho*, com, por exemplo, a individualização dos salários e das carreiras, em função das competências individuais e a resultante atomização dos trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas; até a *família*, que, através da constituição de mercados por classes de idade, perde uma parte do seu controle sobre o consumo” (grifos do autor) (BOURDIEU, 1998c, p. 137). Assim, instaura-se, como Bourdieu (1998c) nos ensina: o reino absoluto da flexibilidade, a concorrência, a individualização e suas estratégias de “responsabilização”, na contramão das “solidariedades coletivas” tão propaladas e desejadas. O que aprofunda, novamente, as desigualdades sociais, a falta de justiça nos direitos humanos, aguçando, desse modo, o sofrimento de todos (as) trabalhadores (as) da Educação, e enfraquecendo, assim, o que

consideramos como “cultura profissional”, seus desdobramentos e implicações. Todas essas questões reforçam o descompromisso do governo com a qualidade da educação, o que aprofunda e legitima diferenças e desigualdades já brutais na sociedade brasileira. Por fim, retomamos, para a nossa reflexão, suas próprias palavras: “Neste quadro institucional e institucionalizado, o processo de mudança tende a tornar-se incremental, regido por ligeiros ajustamentos, e só raramente, em tempo de crise, se registrariam mudanças metamórficas” (JESUÍNO, 2019, p. 9). E, a partir delas, indicamos a nossa última questão: Quais seriam, então, nestes tempos de crise, em que estamos vivendo, as “mudanças metamórficas” no campo da Educação e da Cultura?

JCJ - As mudanças metamórficas, como a palavra sugere, são mudanças que levam à alteração da forma, a mudanças revolucionárias. É, assim, que as empregamos em textos sobre organizações e não tanto em termos políticos, como sejam a revolução francesa e/ou a revolução russa. Em regra, tais mudanças, muito raras nas estruturas organizacionais, são contrastadas com as mudanças incrementais, que implicam sucessivos pequenos ajustamentos, mas que, a longo prazo, podem traduzir alterações profundas. Tais incrementos podem ser espontâneos ou provocados. Muitas das mudanças, sejam ao nível local, como ao nível global, derivam dos desenvolvimentos tecnológicos dos quais resultam consequências relevantes para as estruturas organizacionais bem como para os cidadãos. Nem sempre tais progressos são bem acolhidos pelas populações. No caso dos sistemas de ensino, que temos vindo a examinar, já referimos ao impacto das tecnologias digitais, bem como, por outro lado, às sucessivas e quase insensíveis alterações, que têm conduzido a uma progressiva perda da autonomia universitária e a sua submissão aos interesses económicos e empresariais. Há toda uma memória ou talvez apenas um mito que a universidade, enquanto incubadora de ideias e de espírito emancipador, empunha em momentos críticos o estandarte da revolta ou mesmo da revolução. Será que esta perda de autonomia poderia conduzir a tais consequências? Vem de imediato à mente Maio de 68, em França, ou os inspiradores movimentos nos Estados Unidos em protesto contra a Guerra do Vietnam. Mas a experiência, então vivida, acabou por confundir os observadores dada a ambiguidade de que se revestiu. Não tenho ideia de que, quer SM quer PB, tenham arriscado uma leitura ou considerado que tais acontecimentos tivessem consequências marcantes nas futuras instituições, ou mesmo nas representações sociais do senso comum. Seriam eles “herdeiros” festivos, despreocupados

com as consequências dos seus excessos? Certamente “minorias activas”, mas, “nómicas” ou “anómicas”? Os textos dos mestres, que tanto respeitamos aqui, pouco nos ajudam. Maio de 68 teve todavia lugar no período dos “trinta gloriosos” e o slogan de “que é proibido proibir” ficou como símbolo de contestação da autoridade professoral, que me parece ter produzido um efeito, mais uma vez, lento, latente, e não apenas em França. Se nunca fomos confucianos, hoje somo-lo infinitamente menos. À guisa de especulação, permita-me porém arriscar, mais palpite do que ideia, que uma revolta estudantil me parece hoje algo da ordem dum erro de *casting*. Seja dos estudantes ou dos trabalhadores a haver mudança, e ela tem lugar todos os dias, será de carácter incremental e não dramaticamente revolucionária. Em homenagem a Jean-Luc Nancy, hoje falecido, repito algo dele, que já referi antes, ou seja, que o sistema capitalista é suficientemente robusto para resistir a qualquer ataque externo pelo que a sua extinção só poderá ter lugar a partir do interior. De certo modo não era já esse o prognóstico de Marx? Hoje, assistimos a uma curiosa redistribuição dos ideólogos políticos, opondo os de direita, que consideram que a revolução está em curso, que somos continuadores das Luzes; e os de esquerda, que consideram que a revolução continua ainda, e, possivelmente sempre, por começar, não sendo apenas a ciência que nos irá emancipar .

MFBA - Prof. Jesuíno, são muito potentes essas suas palavras e nos levam a repensar nos imensos desafios que temos pela frente, e, em especial, para a Educação e para a Cultura de nosso país e do mundo. Só temos que lhe agradecer, mais uma vez, por sua disposição, pelos momentos de troca de experiências e de múltiplas e significativas aprendizagens. O que me faz lembrar, mais uma vez, daquela palavra - *confiança* -, que significa “fiar a vida com o outro”. Que continuemos com estes nossos projetos “fiando” nossas histórias e “confiando” em nossas possibilidades, para que possamos, de algum modo, também contribuir, nestes tempos de crise, com “mudanças metamórficas” como o senhor tão bem enfatiza! Mais uma vez, gratidão!

Referências

ABDALLA, Maria de Fátima B. (Org.). Bourdieu e Moscovici: fronteiras, interfaces e a aproximações. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2019 (*e-book*).

ABDALLA, Maria de Fátima B. Relações de incerteza e exclusão: é possível pensar em estratégias para a educação em tempos de pandemia? *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-10, e-15972.048, 29 maio de 2021. Disponível em: <<https://revistas2.ueg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 8 julho de 2021.

ABDALLA, Maria de Fátima B.; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés; CAMPOS, Pedro Humberto Faria (Orgs.). *Repensando o social: diálogos com Pierre Bourdieu e Serge Moscovici*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 10-13, mar. 2018.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A Miséria do Mundo*. Trad. Mateus S. Soares Azevedo *et al.* Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-713.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli *et al.* 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico*. Trad. Denise Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COLLINI, Stefan. *What are Universities for?* London: Penguin, 2012.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo: Isa, 2017.

DUPUY, Jean-Pierre. *Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible est certain*. Paris: Seuil, 2002.

DUPUY, Jean-Pierre. *Retour de Tchernobyl: journal d'un homme en colère*. Paris: Seuil, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II*. Curso no Collège de France (1983-1984). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARRISON, D. Randy; ANDERSON, Terry; ARCHER, Walter. *Critical inquiry in a text-based environment: Computer conferencing in higher education*. *The Internet and Higher Education*, v. 2, n. 2, p. 87-105, March 1999.

GRAUMANN, Carl F.; MOSCOVICI, Serge. *Changing Conceptions of Conspiracy*. New York: Springer-Verlag Inc., 1987.

JESUÍNO, Jorge Correia. A Psicologia Social europeia. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coords.). *Psicologia Social*. 3ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997a, p. 49-59.

JESUÍNO, Jorge Correia. Estrutura e processos de grupo: interações e factores de eficácia. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coords.). *Psicologia Social*. 3ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997b, p. 259-286.

JESUÍNO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z.A. (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. 2ª ed. Brasília: Techopolitik, 2014, p. 42-76.

JESUÍNO, Jorge Correia. Introdução. A Teoria das Representações Sociais. In: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (Orgs.). *As Representações Sociais nas sociedades em mudança*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 9-19.

JESUÍNO, Jorge Correia. Serge Moscovici, psicologia social e interdisciplinaridade. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 14, n. 37, p. 11-25, 2017.

JESUÍNO, Jorge Correia. Paralelos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 42-68, mar. 2018.

JESUÍNO, Jorge Correia. Prefácio. In: ABDALLA, M. F. B. (Org.). *Bourdieu e Moscovici: fronteiras, interfaces e aproximações*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2019, p. 7-11.

JOLLEY, Daniel; DOUGLAS, Karen M.; SUTTON, Robbie M. Blaming a few bad apples to save a threatened barrel: The system-justifying function of conspiracy theories. *Political Psychology*, v. 39, n. 2, p. 465-478, 2017. Disponível em: <http://nrl.northumbria.ac.uk/id/eprint/40857/>.

LATOURE, Bruno. *Face à Gaïa: Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris: Editions La Découverte, 2015;

MOSCOVICI, Serge. *A invenção da sociedade: Sociologia e Psicologia*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. Reflections on the Popularity of 'Conspiracy Mentalities'. *International Review of Social Psychology*, v. 33 (1), n. 9, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5334/irsp.432>. Disponível em: [file:///C:/Users/55119/Downloads/432-2823-4-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55119/Downloads/432-2823-4-PB%20(1).pdf). Acesso em: 29 de agosto de 2021.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2009. Disponível em: www.companhiadasletras.com.br.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. O Pequeno Príncipe. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2016 (*e-book*). Disponível em: https://5ca0e999-de9a-47e0-9b77-7e3eeab0592c.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_4f0dc25362284aa6b917c93a1e1708ba.pdf.

TRAVERSO, Enzo. Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

YOUNG, Michel. The Rise of the Meritocracy: an essay on Education and Equality. London: Thames and Hudson, 1958.

Submetido em 01/06/2022

Aprovado em 24/08/2022

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)